

O velho, o rapaz e o romântico*

Abel Barros Baptista

A emergência da literatura brasileira é descrita pela mais poderosa das suas teorias, a de Antonio Candido, como processo de «formação»: das primícias das «manifestações literárias» dos primeiros séculos à maturidade do «sistema», situado na obra de Machado de Assis, a literatura brasileira desenvolve-se em consonância com a própria nação, pura continuidade em direcção ao *telos* de uma «forma» genuinamente brasileira, isto é, nascida do Brasil e para o Brasil. Ao colocar o Brasil no lugar do fundamento, a descrição da «formação» naturaliza o estabelecimento do cânone brasileiro, e assim disfarça ou pelo menos atenua um dos seus gestos decisivos, a exclusão da literatura portuguesa. Antonio Candido definiu nos seguintes termos a diferença entre o romantismo e o modernismo de 22: «enquanto o primeiro procura superar a influência portuguesa e afirmar contra ela a peculiaridade literária do Brasil, o segundo já desconhece Portugal, pura e simplesmente»¹. A descrição é excessiva, para não dizer redondamente falsa, mas vale muito como modalidade de *whisfull thinking* crítico, pois descreve menos o que se passou do que o que se deveria ter passado uma vez atingida a maturidade da «formação»: a possibilidade plena de o recomeço modernista proceder pela negação da própria literatura brasileira e já não da portuguesa.

Entretanto, seria ingénuo supor esta noção um desvio evitável em vez de componente solidária do próprio processo que procura descrever. Tal solidariedade explica que a exclusão da literatura portuguesa fosse por esta paradoxalmente partilhada e tivesse entre nós a correspondente inevitável da exclusão da brasileira. Por outras palavras, portugueses e brasileiros partilham há dois séculos a mesma noção de literatura brasileira. As vicissitudes dos estudos universitários brasileiros em Portugal não só encontram nesse laço grande parte da explicação necessária, como são dele a mais clara expressão.

De facto, o lugar da literatura brasileira na universidade portuguesa é determinado, não pelo desinteresse ou pelo descaso, mas pela *exclusão*: os episódios da sua história institucional² e o escasso relevo no *curriculum* atestam sobretudo que a literatura que se escreve no Brasil – não já a disciplina académica – foi excluída dos estudos literários universitários portugueses. E o principal sinal dessa exclusão não se encontra em nenhum aspecto específico da própria disciplina de literatura brasileira, mas na área disciplinar de literatura portuguesa, que em regra se estuda e ensina como se não existisse nenhuma outra literatura a escrever-se em Português. Dir-se-á que não poderia ser de outro

* Comunicação apresentada ao III Congresso Português de Literatura Brasileira, Porto, 24 de Outubro de 2003.

¹ Antonio Candido, «Literatura e Cultura de 1900 a 1945», *Literatura e Sociedade*, 6.ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1980, p. 112. De passagem, vale registar estas palavras do mesmo ensaísta, que descrevem bem a situação actual das relações luso-brasileiras: «Quando o diálogo se despoja de sua aspereza, amainando-se em mesuras académicas, convénios ortográficos, exaltações e louvores recíprocos, na retórica sentimental e vazia das missões culturais (estamos descrevendo o que se passa no século XX), podemos ver que a influência morreu, praticamente, tanto é verdade que a vida se nutre das tensões e dos conflitos.» (*Ibid.*, p. 111)

² A história da disciplina de Literatura Brasileira nas universidades portuguesas foi feita por Arnaldo Saraiva. Pode consultar-se particularmente «Os Estudos de Literatura Brasileira nas Universidades Portuguesas», *Terceira Margem*, 2, 1999, pp. 7-17.

modo, e em certo sentido é verdade. Predomina na estrutura curricular o critério da nacionalidade, especialmente relevante no caso da literatura brasileira, em prejuízo do critério da língua. E dir-se-á também que um eventual predomínio do critério da língua introduziria distorções de perigoso acento neo-colonialista. Sem dúvida que sim. Mas há um ponto a respeito da língua que desse modo passa despercebido: é que a língua, sendo a mesma, não é a mesma. Por outras palavras, o que significa pertencer à mesma língua? Na verdade, o predomínio do critério da nacionalidade conduziu à exclusão da literatura brasileira porque não houve – ou não pôde haver na altura pertinente – alternativa à ideia de que a mesma língua é garantia de homogeneidade. E aqui encontramos afinal uma noção propriamente colonialista: a difusão da língua seria a difusão do mesmo. Ora, o processo de configuração nacional da literatura brasileira representa um caso de quebra histórica que afecta irreparavelmente essa concepção de homogeneidade suportada pela língua⁵: a língua, a mesma língua, não chegou para manter a literatura brasileira... portuguesa! Em certo sentido, se não em todo o sentido, a literatura brasileira constituiu-se enquanto literatura nacional autónoma não apenas porque se separou da portuguesa mas também porque a portuguesa se separou dela, movimentos só parcialmente coincidentes.

No entanto, a representação corrente oferece outra imagem: a literatura portuguesa seria um único e contínuo tronco, da época medieval a Saramago, do qual, a certa altura, se desprende um ramo – a literatura brasileira. O novo ramo, apesar de sempre marcado pela origem que o prendia ao tronco, não impediu que este crescesse, mais ou menos indiferente, no sentido que de qualquer modo seguiria se aquele não despontasse. (Escusado sublinhar que a estrutura curricular vigente suporta esta representação, ou porque a segrega ou mesmo porque dela decorre.) A figura da árvore serve evidentemente para estipular a prioridade da literatura portuguesa, com o efeito menos visível, mas de

eficácia não menos necessária, de comprovar que afinal sobreviveu sem mácula de maior à emergência da brasileira.

Não dispomos, tanto quanto sei, de estudo exaustivo do impacto da formação da literatura brasileira na literatura portuguesa durante o século XIX. É habitual referirem-se alguns episódios, em geral tardios – o ensaio de Pinheiro Chagas sobre Alencar, o *Cancioneiro Alegre* de Camilo, ou a crítica de Machado de Assis a *O Primo Basílio*, este particularmente discutido no Brasil, até por força do enorme prestígio de Eça de Queirós –, que, no entanto, isolados e heterogéneos, pouco esclarecem a respeito. Vale a pena, por isso, considerar um curto texto de Herculano, publicado em Dezembro de 1847 na *Revista Universal Lisbonense* com o título «Futuro Literário de Portugal e do Brasil», escrito «por ocasião da leitura dos *Primeiros Cantos*: Poesias do Sr. A. Gonçalves Dias». A obra de Gonçalves Dias, que se publicara no Brasil no ano anterior, é, como se sabe, um marco do romantismo brasileiro, e Herculano não deixa de o perceber. Mas o primeiro ponto curioso está em que o artigo demora a sequer mencionar o livro do poeta brasileiro. Primeiro, estabelece o quadro metafórico que lhe permitirá valorizá-lo; cito a primeira frase, onde esse quadro se dá completo:

"Bem como a infância do homem a das nações é vivida e esperançosa; bem como a velhice humana a delas é tediosa e melancólica."⁶

O símile permitirá o conhecido vaivém entre a nação e a literatura. A partir dele, Herculano alarga-se em considerações sobre a diferença entre o Brasil, «a nação infante que sorri», e Portugal, «velho aborrido e triste, que se volve dolorosamente no seu leito de decrepidez»⁷, da qual faz derivar a desesperança do poeta português e o futuro que se promete ao brasileiro. Por muito relativizáveis que sejam estas «amarguradas cogitações», como lhes chama, não se pode escamotear que Herculano expressamente as dá provocadas pela leitura de Gonçalves Dias e, mais ainda, que se ligam a uma apreciação da situação literária

⁵ Não sem resistências, evidentemente, a principal das quais é a ideia de uma prioridade portuguesa em matéria de língua, que persiste. Pinheiro Chagas formulou-a eloquentemente no ensaio que escreveu sobre Alencar, a que voltarei mais adiante, no ponto em que, depois de declarar que o «defeito que vejo em todos os livros brasileiros é «a falta de correcção de linguagem portuguesa», a «mania de tornar o brasileiro uma língua diferente» (Pinheiro Chagas, «Literatura Brasileira, José de Alencar», *Ensaio Crítico*, Porto, Viúva Moré, 1867, p. 221.) Alencar responderia a estas acusações no «Pós-Escrito» da segunda edição de *Tracema* (1870).

⁶ Alexandre Herculano, *Opúsculos V*, Organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença, 1986, p. 199

⁷ Idem, *Ibid.*

brasileira em confronto com a portuguesa. Atente-se neste passo:

"A imprensa na antiga América portuguesa, balbuciante há dois dias, já ultrapassa a imprensa da terra que foi metrópole. Às publicações periódicas, primeira expressão de uma cultura nacional que se desenvolve, começam a associar-se as composições de mais alento – os livros. Ajunte-se a este facto outro, o ser o Brasil o mercado principal do pouco que entre nós se imprime, e será fácil conjecturar que no domínio das letras, como em importância e prosperidade, as nossas emancipadas colónias nos vão levando rapidamente de vencida.

Por si sós esses factos provariam antes a nossa decadência, que o progresso literário do Brasil. É um mancebo vigoroso que derriba um velho caquético, demente, e paralítico. O que completa, porém, a prova é o exame, não comparativo, mas absoluto, de algumas modernas publicações brasileiras.

Os *Primeiros Cantos* são um belo livro: são inspirações de um grande poeta. A terra de Santa Cruz que já conta outros no seu seio, pode abençoar mais um ilustre filho."⁶

As metáforas do «mancebo vigoroso» e do «velho caquético» indicam que a questão não é de rivalidade: é antes de modernidade. O «levar de vencida» significa ali que a emergência da literatura brasileira coloca a literatura portuguesa perante o problema da sua própria modernidade – e isto qualquer que seja a resposta que Herculano oferece para esse problema. Aliás, o artigo atesta sobretudo que o problema da modernidade da literatura portuguesa é inseparável do problema da delimitação nacional da literatura brasileira: o papel que nele desempenha o confronto entre o velho Portugal e o jovem Brasil resulta da ideia, que em si mesma não é portuguesa nem brasileira, da Nação como exigência de diferenciação e fundamento da originalidade literária. Ou seja, a actividade literária, em Portugal como no Brasil, defrontava o

mesmo problema e apenas – mas era decisivo! – as condições para o resolver seriam diversas. Aqui começam os paradoxos de toda a situação. Sublinho três aspectos.

Em primeiro lugar, a separação entre a literatura portuguesa e a brasileira começou e consumou-se irreversivelmente por efeito de uma concordância essencial a respeito da noção e do estatuto da literatura emergente, e isso explica, entre outras coisas, que o empenho dos românticos portugueses na formação de uma literatura genuinamente brasileira fosse tão autêntico como o dos românticos brasileiros. Não se vê como pudesse ser de outro modo. A proposta de nacionalização literária que separasse uma literatura verdadeiramente brasileira da europeia e em particular da portuguesa é europeia na sua origem e no seu sentido, por ser antes de mais de natureza literária, solidária da concepção de literatura e da atitude perante a tradição literária emergente no quadro da época: não se entende o romantismo brasileiro se não se aceitar que a ideia central de nacionalidade literária constitui uma aquisição europeia que articula as tendências globais do romantismo com a estruturação da instituição moderna que chamamos literatura. Neste sentido, o programa romântico brasileiro de nacionalização literária é, enquanto brasileiro, um momento especialíssimo da literatura portuguesa, no qual está em causa a continuidade da sua tradição e o sentido do seu futuro.

Mas, em segundo lugar, a tarefa dos românticos brasileiros decorria sob o influxo da ideia de *novo*, na ilusão de um duplo começo absoluto: começo do Brasil enquanto nação independente, começo da literatura brasileira enquanto literatura verdadeiramente nacional. A literatura nacional fundava-se e acompanhava, numa coincidência de destinos, a fundação do país. Por força desta harmonia, fundar a literatura nacional brasileira implicava cortar com o passado, clássico e colonial: a novidade, a originalidade e a invenção, lugares-comuns da modernidade literária, reuniram-se e confundiram-se num único e poderoso lugar-comum, a nacionalidade literária, pelo que a consciência da nacionalidade começou

⁶ Idem, *ibid.*, p. 201.

⁷ É sempre referida a passagem do «Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa» em que Garrett, já em 1826, censura os poetas brasileiros por não seguirem as sugestões da terra, preferindo a mitologia à realidade local. No artigo citado, Herculano prossegue o mesmo apelo, até no único reparo explícito que faz a Gonçalves Dias: «Quisérámos que as *Poestas Americanas* que são como o pórtico do edificio occupassem nele maior espaço. Nos poetas transatlânticos há por via de regra demasiadas reminiscências da Europa.» (*Op. cit.*, p. 201.) Mas o melhor exemplo ainda pode estar na carta a D. Pedro II a respeito da *Confederação dos Tamóios*, o poema anaerónico de Gonçalves de Magalhães, publicado em luxuosa edição imperial em 1856. A carta de Herculano, datada de Dezembro desse ano, é uma notabilíssima peça de crítica literária e uma brilhante discussão dos caminhos adequados à construção de uma literatura brasileira moderna (*ibid.*, pp. 212-221). O poema de Gonçalves de Magalhães, como se sabe, deu origem à primeira importante polémica do romantismo brasileiro, protagonizada por José de Alencar.

por ser forma específica de consciência da modernidade. Aliás, tratando-se de abrir um novo caminho e não de corrigir o percurso herdado, a modernidade da literatura brasileira tornava-se condição da sua nacionalidade. Neste sentido, o romantismo brasileiro, mais que um programa de nacionalização literária, teve o mérito histórico de fundar a literatura brasileira enquanto projecto moderno: e o Brasil, nação nova e promissora, constituía o fundamento desse projecto, a um tempo condição da sua necessidade e garantia do seu sucesso. Por isso, em terceiro lugar, o romantismo brasileiro é sobretudo uma forma de nacionalismo. O escritor assumia uma missão cívica e patriótica, e a literatura desempenharia no Brasil o papel assumido de representação da identidade nacional. Na verdade, tratava-se de inventar o Brasil – que por sua vez fundava a originalidade da literatura –, e os escritores, de Gonçalves de Magalhães a Alencar, incumbiram-se generosamente da tarefa. Daí que o romantismo surgisse como primeira modalidade de interpretação do Brasil, aliás modalidade prescritiva: não só dependia de uma interpretação do Brasil enquanto nação nova que esperava que a literatura lhe revelasse a verdadeira essência, como subordinava a actividade literária à finalidade de interpretar o Brasil. Neste sentido, a literatura brasileira seria brasileira antes de ser literatura: um problema do Brasil, antes de mais do Brasil, que se esgotaria no Brasil. Assim, a grande diferença que separa o romantismo português do brasileiro surpreende-se na oposição formulada por Herculano – de um lado uma nação velha, do outro uma nova –, e o simples relevo das «amarguradas cogitações» no artigo mostra que mascaram a situação verdadeiramente aporética em que ficou o romantismo português. Tudo se passa como se o mesmo programa literário estivesse condenado ao fracasso pelas condições portuguesas, enquanto evoluía harmoniosamente no sentido do pleno cumprimento nas brasileiras. No fundo, trata-se da mesma subordinação da literatura à nação, subordinação histórica e estruturante, mas raiz da aporia. Da homogeneidade literária fundamental que liga o

romantismo português ao brasileiro decorria que o nascimento da literatura brasileira enquanto literatura nacional não se separava da emergência de uma nova literatura portuguesa: o tronco comum, até ao romantismo, dividir-se-ia em dois ramos autónomos, em vez de se prolongar. Mas isto implicaria despromover o primado da nacionalidade no caso brasileiro, e destruir a continuidade da tradição literária no caso português. A literatura portuguesa irá prender-se obsessivamente à condição e destino de Portugal, mas sem poder libertar-se da ideia de uma continuidade literária fundamental: e nesse quadro a emergência da literatura brasileira é ao mesmo tempo uma ruptura insanável e um processo que não afecta a continuidade do tronco de que se separou. A minha hipótese é então a de uma solidariedade constitutiva entre esse percurso da literatura portuguesa «como interpretação de Portugal», para recorrer à formulação de Eduardo Lourenço, e a exclusão da literatura brasileira, com a qual aquela nada teria a aprender e a partilhar, apenas lhe restando, quando muito, seguir como espectadora privilegiada o que do outro lado se ia erguendo. O célebre ensaio de Pinheiro Chagas sobre Alencar é o melhor exemplo desta posição de espectador privilegiado e por isso eloquente testemunho da consumação deste estado de coisas, precisamente vinte anos depois do artigo de Herculano. Pinheiro Chagas não tem da literatura brasileira conceito diverso do de Herculano. A mesma ideia da literatura como «reflexo do carácter dum povo», do Brasil como fundamento da originalidade da literatura, e em consequência o mesmo privilégio da corrente indianista: «Na poesia esplêndida desses povos primitivos – escreve – está a inspiração verdadeira, que deve dar originalidade e seiva à literatura americana.»⁶ E justamente isso lhe dita a avaliação inaugural:

«Apesar dos muitos talentos que avultam na nossa antiga colónia americana, não se pode dizer que o Brasil possua uma literatura. [...] O Brasil, como nação moderna, como filha da Europa, não tem ainda uma

⁶ Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 215.

existência bastante caracterizada, para que os seus incidentes, reflectindo-se no espelho da literatura, possam deixar nele imagem bastante colorida e enérgica.⁹

Encontramos aqui a primeira diferença relativamente a Herculano, não tanto no teor negativo, mas na perspectiva: Herculano recorria ao «país jovem» para ver no livro de Gonçalves Dias um sinal de infância, portanto promessa de futuro e anúncio do novo, ao passo que Pinheiro Chagas sublinha a incipiência da nação brasileira para afirmar que ainda não tem uma literatura própria. Herculano saudava a nova literatura que se anunciava com Gonçalves Dias; Chagas pretende-se apenas espectador do trabalho feito e declara-lhe a inexistência. E aí se nota a segunda e decisiva diferença: tentando colocar-se no exterior de qualquer perspectiva nacional, como se a existência ou inexistência da literatura brasileira fosse para ele um mero e curioso problema de literatura comparada, Pinheiro Chagas desdobra-se em comparações com as «repúblicas espanholas» e os Estados Unidos, mas não estabelece qualquer confronto com a literatura portuguesa, cuidadosamente afastada, vale dizer, resguardada. A emergência da literatura brasileira, para Pinheiro Chagas, já é um problema estritamente brasileiro. No entanto, as considerações que ali mesmo deixa a respeito da língua mostram que o

espectador cedo resvala para a posição de juiz:

«As línguas transformam-se corrompendo-se, e a corrupção, enquanto não é fonte de renascimento, é vício e vício fatal. Ora neste caso ou nós estamos corrompendo o idioma, ou os escritores brasileiros o corrompem. Mas nós cingimo-nos às velhas regras, nós sem nos desviarmos da linha recta, enquanto os brasileiros se comprazem em seguir umas veredas escabrosas, por onde caminha aos tombos a Língua de Camões.»¹⁰

A salvaguarda da literatura portuguesa decorre da pressuposição da continuidade da sua tradição literária, à imagem da «linha recta» em que Pinheiro Chagas assenta a prioridade portuguesa em matéria de língua. O «velho caquético» disfarçou-se de romântico, afivelou a máscara de juiz neutro mas sábio, ora condescendendo com as veleidades do rapaz, ora fustigando-o com severidade. A maior glória de Pinheiro Chagas pode consistir em ter escrito o ensaio em que mais visivelmente se mostra que, perante a literatura brasileira, a vontade de afirmar a prioridade e a continuidade da literatura portuguesa não é sustentável – como não era sustentável, perante a literatura portuguesa, afirmar a força e o futuro da literatura brasileira. Entre uma posição e outra, afinal, e hoje ainda, partilhamos todos a mesma noção de literatura brasileira.

⁹ Idem, *ibid.*, p. 212.

¹⁰ *Ibid.*, p. 223.

